

“Só reformas solucionam dívidas”

Para economista da Fipe, a redução do déficit é prioritária para a sobrevivência do Real

Vera Saavedra Durão
do Rio

O pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da Universidade de São Paulo (USP), Hélio Zylberstajn, apóia a decisão do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, de destinar os recursos das privatizações para abater dívidas do governo. Para ele, a medida é importante para melhorar o desempenho das contas públicas. O economista alerta, porém, que essa iniciativa não é suficiente. “A questão da dívida só poderá ser resolvida com as reformas estruturais”, afirmou.

Na sua análise, é mais importante o dinheiro da venda das empresas públicas reduzir a dívida pública do que ser desviado para aplicação em investimentos na área social. “A grande conquista social do Plano Real é a estabilização”, avaliou o pesquisador

da Fipe/USP. Reduzir o déficit público é prioritário para a sobrevivência do Real, pois garante a manutenção de uma inflação baixa, favorecendo os mais pobres, disse.

Zylberstajn esteve, ontem, na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), com Reynaldo Fernandes e Siegfried Bender, também da Fipe, falando sobre a importância das reformas para manter a estabilidade do Plano Real. Os especialistas voltaram a enfatizar o impacto favorável das reformas sobre o crescimento econômico do País. Segundo eles, com elas o Produto Interno Bruto (PIB) poderia crescer mais



Hélio Zylberstajn

3,7% ao ano, o que elevaria o índice anual para a faixa de 7% ao ano “até o infinito”.

Na análise dos economistas da Fipe, as reformas não saem porque não há vontade política do Congresso em aprová-las. “Os que estão contra se organizam em lobbies poderosos para lutar contra elas. Os que seriam beneficiados não sabem disso e por isso não se movi-

mentam a favor”, comentou Reynaldo Fernandes. Os estudiosos das reformas lamentaram a ausência de propostas firmes do governo nesta área. “Tem muito remendo, mas projeto mesmo não existe”.

A Fipe amarrrou duas propostas

nas áreas tributária e previdenciária. A reforma tributária sugerida pela Fundação reduz a cinco o número de impostos – imposto de renda federal, imposto sobre vendas a varejo na ponta final do comércio cobrado na esfera estadual, imposto sobre propriedade imobiliária cobrado pelos municípios, imposto seletivo sobre fumo, bebida, combustíveis não renováveis e um quinto tributo de comércio exterior.

“O imposto sobre comércio internacional seria instrumento de política industrial, acionando tarifa de importação. Os setores prejudicados com a abertura seriam protegidos subindo a tarifa e vice-versa”, explicou Zylberstajn. Segundo ele, se esta reforma fosse empreendida reduziria pela metade o déficit comercial, pois desoneraria as exportações e evitaria uma desvalorização cambial.